

Prova específica para atuação nas Instituições Reguladas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP)

NOME:		
N.º DE INSCRIÇÃO:		

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

EXAME DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA REGISTRO NO CADASTRO NACIONAL DE AUDITORES INDEPENDENTES (CNAI) DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC) Edital CFC/CAE 28/2010

SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO

Este caderno contém as questões da Prova específica para atuação nas Instituições Reguladas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP)

Use como rascunho as páginas finais no final deste caderno. As mesmas não poderão ser destacadas durante a realização da prova.

Ao receber a Folha de Respostas:

- Confira o seu número de inscrição.
- Assine, à CANETA, no espaço próprio indicado (a assinatura não deve ultrapassar o espaço delimitado).

Observações quanto ao preenchimento da Folha de Respostas: Use caneta esferográfica de tinta preta ou azul. Aplique traços firmes, sem forçar o papel, dentro da área reservada à letra correspondente à resposta que julgar correta, procurando unir o ponto lateral à direita, conforme exemplo ao lado. Assinale somente uma alternativa em cada questão. Sua resposta não será computada se houver marcação de duas ou mais alternativas. Não deixe nenhuma questão sem resposta. As respostas das questões dissertativas deverão conter, no mínimo, 20 (vinte) linhas e as folhas de respostas não deverão conter nenhum tipo de identificação do candidato (assinatura, visto, etc.). A Folha de Respostas não deve ser dobrada, amassada ou rasurada. Utilize como rascunho do gabarito a última folha do caderno, antes de transferir as informações nele contidas para a Folha de Respostas. É de inteira responsabilidade do candidato qualquer prejuízo advindo de marcação incorreta efetuada na folha de respostas.

SERÁ PERMITIDA A SAÍDA DO CANDIDATO DA SALA DE PROVA SOMENTE APÓS 1 (UMA) HORA DO SEU INÍCIO.

FICA LIBERADA A ENTREGA DO CADERNO DE PROVAS AO CANDIDATO QUANDO DE SUA SAÍDA.

DURAÇÃO DESTA PROVA: QUATRO HORAS

ATENÇÃO

Sr.(a) Candidato(a),

Antes de começar a fazer a prova, confira se este caderno tem, ao todo, 50 (cinquenta) questões objetivas, cada uma constituída de 4 (quatro) alternativas, e 2 (duas) questões dissertativas.

Havendo algum problema, informe, imediatamente, ao fiscal de provas, para que ele tome as providências necessárias.

Caso Vossa Senhoria não observe as recomendações acima, não lhe caberá qualquer reclamação ou recurso posterior.

O uso de máquina calculadora própria é permitido, sendo vedado o seu empréstimo.

QUESTÕES OBJETIVAS

1. Assinale a opção CORRETA.

- a) O objetivo do auditor independente é obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis como um todo estão livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro, possibilitando assim que o auditor expresse sua opinião sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro aplicável; bem como apresentar relatório sobre as demonstrações contábeis e comunicar-se como exigido pelas NBC TAs, em conformidade com as constatações do auditor.
- b) Estrutura de relatório financeiro aplicável é a estrutura de relatório adotada pelo auditor independente para a emissão de sua opinião sobre as demonstrações contábeis.
- c) Evidências de auditoria são as práticas contábeis utilizadas pela administração para a elaboração das demonstrações contábeis.
- d) Risco de auditoria é quando o auditor é questionado pelos órgãos fiscalizadores e acionistas a respeito do relatório emitido sobre as demonstrações contábeis auditadas.
- 2. A entidade MKB recebeu o montante de R\$ 100.000,00 de receita de contribuições do seu plano PGBL. Desse total, R\$ 80.000,00 correspondem à cobertura de sobrevivência (aposentadoria). A taxa de carregamento nesta operação é de 3%. O restante, R\$ 20.000,00, corresponde à contratação de pecúlio em caso de morte ou invalidez (regime financeiro de repartição simples). A taxa de carregamento para esta cobertura é de 15%. Qual é o resultado desta operação antes das apropriações dos tributos?
- a) R\$ 3.000,00.
- b) R\$ 2.400,00.
- c) R\$ 5.400,00.
- d) R\$ 18.000,00.

- 3. Qual dos fatores apresentados nas opções abaixo <u>NÃO</u> deve ser considerado para o cálculo da provisão de prêmios não ganhos?
- a) O período de risco ainda a decorrer.
- b) O prêmio comercial retido pela companhia.
- c) O histórico de risco decorrido dos últimos 12 meses.
- d) O período total de cobertura do risco.
- 4. De acordo com a NBC TA 700 Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis, o parágrafo introdutório DEVE:
- a) identificar outras entidades cujas demonstrações contábeis foram auditadas.
- b) afirmar que as demonstrações contábeis não foram auditadas.
- c) não identificar o título de cada demonstração que compõe as demonstrações contábeis.
- d) fazer referência ao resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.
- 5. A Resolução CNSP n.º 85/02 estabelece critério para cálculo do Patrimônio Líquido Ajustado PLA. Este cálculo é exigido para as seguintes entidades, <u>EXCETO</u>:
- a) Sociedades Seguradoras organizadas sob a forma de sociedades por ações.
- b) Sociedades de Capitalização.
- c) Corretoras de Seguros organizadas sob a forma de sociedade por ações ou quotas.
- d) Entidades Abertas de Previdência Complementar organizadas sob a forma de sociedade por ações.

- 6. Reconhecimento de elementos das demonstrações contábeis é o processo que consiste em incorporar ao balanço patrimonial ou à demonstração do resultado um item que se enquadre na definição de um elemento e que satisfaça aos critérios de reconhecimento estabelecidos pela NBC T 1 Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis. Assinale a opção que apresenta a informação que se enquadra nesses critérios.
- a) For um item não reconhecido no balanço patrimonial cujo valor possa ser medido em bases confiáveis, e possa ser corrigido pela divulgação em notas explicativas.
- b) For provável que algum benefício econômico futuro referente ao item venha a ser recebido ou entregue pela entidade; e tiver um custo ou valor que possa ser medido em bases confiáveis.
- c) For provável que algum benefício econômico futuro referente ao item tenha sido recebido ou entregue pela entidade a um custo ou valor medido em bases confiáveis.
- d) For improvável que algum benefício econômico futuro referente ao item venha a ser recebido ou entregue pela entidade; e tiver um custo ou valor que possa ser medido em bases confiáveis.
- 7. O Comitê de Auditoria é um órgão estatutário obrigatório nas sociedades supervisionadas que tenham apresentado, no encerramento dos dois últimos exercícios sociais, Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior a quinhentos milhões de reais. Com base nesse assunto, assinale a opção <u>CORRETA</u>.
- a) O Comitê de Auditoria deve ser composto, no máximo, por três integrantes, observado o mandato máximo de três anos.
- b) A função de integrante do Comitê de Auditoria é delegável.
- Todos os integrantes do Comitê de Auditoria deverão comprovar conhecimentos nas áreas de Contabilidade e Auditoria.
- d) O Comitê de Auditoria deve se reportar diretamente ao Conselho de Administração da sociedade supervisionada ou da instituição líder do conglomerado, conforme o caso.

- 8. A preocupação com a existência de erros e fraudes está prevista nas disposições gerais da Resolução CNSP n.º 118/04. Com base nesse assunto, assinale a opção CORRETA.
- a) O auditor independente e o Comitê de Auditoria, quando existente, e o diretor responsável devem, individualmente ou em conjunto, comunicar formalmente à SUSEP, no prazo máximo de três dias úteis da identificação, a existência de erros ou fraudes relevantes.
- b) Os auditores independentes devem observar os conceitos de erro e fraude estabelecidos em normas e regulamentos da AUDIBRA, do CFC e/ou do IBRACON.
- c) Todas as fraudes perpetradas, sejam estas praticadas pela administração ou pelos funcionários da sociedade supervisionada, devem ser formalmente reportadas pelo auditor independente, para a SUSEP, a CVM e o Conselho Monetário Nacional.
- d) Nos contratos celebrados entre as sociedades supervisionadas e os auditores independentes, deverá constar cláusula específica, determinando que estes comuniquem, formalmente, à SUSEP, no prazo máximo de cinco dias úteis da identificação, a detecção de irregularidades consideradas graves.
- 9. O Comitê de Auditoria possui diversas atribuições relacionadas com as atividades dos auditores independentes. De acordo com esse assunto, assinale a opção que apresenta a informação que NÃO se enquadra nesta condição, de acordo com a Resolução CNSP n.º 118/04.
- a) Recomendar à administração da sociedade supervisionada a entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria.
- b) Avaliar a efetividade das auditorias, independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à sociedade supervisionada.
- c) Proceder, caso considere necessário, a substituição do auditor independente, formalizando o ato na SUSEP.
- d) Avaliar o cumprimento ou a justificativa para o descumprimento, pela administração da sociedade supervisionada, das recomendações feitas pelos auditores independentes.

- 10. Conforme a Circular SUSEP n.º 365/08, que estabelece normas para elaboração, operação e comercialização de títulos de capitalização, quanto aos títulos de Pagamento Único com 12 meses de vigência e pertencentes às Modalidades Incentivo ou Popular, o percentual destinado à formação da provisão matemática para resgate deverá ser, no mínimo:
- a) 25 % do valor do pagamento.
- b) 50 % do valor do pagamento.
- c) 70 % do valor do pagamento.
- d) 75 % do valor do pagamento.
- 11. Os títulos e os valores mobiliários devem ser registrados contabilmente e classificados por categorias. No tocante aos títulos "mantidos até o vencimento", assinale a opção <u>INCORRETA</u>.
- a) Os títulos devem ser registrados contabilmente pelos respectivos custos de aquisição, inclusive corretagem e emolumentos.
- Quando vinculados à SUSEP, os títulos classificados na categoria de "mantidos até o vencimento" poderão ser objeto da faculdade de livre movimentação, ressalvados os casos especificados.
- c) Os títulos e os valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento" poderão ser objeto de *hedge*.
- d) O montante dos títulos classificados na categoria de "mantidos até o vencimento", alienados no período, o efeito no resultado e a justificativa para alienação devem ser divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.
- 12. Os títulos e os valores mobiliários devem ser registrados contabilmente e classificados por categorias. Com relação à avaliação e à contabilização dos títulos classificados na categoria de "disponíveis para venda", assinale a opção <u>INCORRETA</u>.
- a) Na categoria de "títulos disponíveis para venda" devem ser registrados os títulos e os valores mobiliários que não se enquadrem nas categorias "títulos para negociação" e "títulos mantidos até o vencimento".
- b) Os rendimentos produzidos pelos títulos e valores mobiliários devem ser computados diretamente no resultado do exercício, independente da categoria em que são classificados.

- c) O valor contábil dos títulos e dos valores mobiliários classificados na categoria de "disponíveis para venda" deve ser ajustado ao valor de mercado, pelo menos por ocasião dos balancetes e balanços, computando-se a valorização ou a desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.
- d) O valor contábil dos títulos e dos valores mobiliários classificados na categoria "títulos disponíveis para venda" deve ser ajustado ao valor de mercado, pelo menos por ocasião dos balancetes e balanços, computando-se a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários, sendo os eventuais ganhos ou perdas apropriadas ao resultado no período em que ocorrer a venda dos títulos.
- 13. O ajuste a valor de mercado dos títulos e dos valores mobiliários, quando aplicável, é determinado segundo metodologia específica. Entre as opções abaixo, qual a metodologia que <u>NÃO</u> atende aos critérios definidos no Anexo I da Circular SUSEP n.º 379/08 e 385/09?
- a) A metodologia de avaliação adotada é de inteira responsabilidade da administração da sociedade/entidade e deve ser estabelecida com base em critérios consistentes e passíveis de verificação pela SUSEP.
- b) As ações de companhias abertas, cotadas em Bolsa de Valores, ou em mercado de balcão organizado, serão consideradas por sua cotação de fechamento no último dia útil em que foram negociadas no mês a que se refere à comprovação.
- c) As ações de companhias fechadas serão consideradas pelo maior valor apurado entre o valor de aquisição ou subscrição e o valor patrimonial apurado em balancete específico elaborado para o mês da transação.
- d) As aplicações em fundos mútuos de investimento serão consideradas pelo valor da quota divulgada pela instituição financeira administradora do fundo, relativamente ao último dia útil do mês a que se referir a comprovação.

14. A Seguradora Beta emitiu em 1º/12/2009, uma apólice de seguros com as seguintes características:

Valor do prêmio comercial: R\$ 7.000,00

Comissão de corretagem: 10%

Cosseguro cedido para Seguradora Alfa: 40%

Entre os lançamentos efetuados pela Seguradora Beta, assinale aquele que se apresenta <u>INCORRETO</u>:

a) D - Prêmio a Receber

C – Prêmio de Seguro 7.000,00

b) D - Prêmios de Seguro

C – Seguradora Alfa 2.800,00

c) D – Variação das Provisões Técnicas

C – PPNG 4.200,00

d) D – Comissão s/Prêmios Emitidos

C – Comissões s/Prêmios 700,00

15. No que concerne ao tratamento contábil das operações abaixo, assinale a opção INCORRETA.

- a) Nas operações a termo, deve ser registrado, na data da operação, em conta adequada de ativo ou passivo, o valor final contratado e, em subconta retificadora, a diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo-se as receitas e despesas em razão do prazo de fluência dos contratos e, no mínimo, por ocasião dos balancetes mensais e balanços.
- b) Nas operações com opções, deve ser registrado, na data da operação, em conta adequada de ativo ou passivo, o valor dos prêmios pagos ou recebidos, respectivamente, nela permanecendo até a data fixada para o exercício do direito da opção. Na data de exercício da opção, o valor do prêmio pago ou recebido deve ser baixado com redução ou aumento do custo do bem ou direito, no caso de haver efetivo exercício do direito, ou como receita ou despesa, em não havendo exercício.
- c) Nas operações de futuro, devem ser registrados, em adequada conta de ativo ou passivo, os valores dos ajustes diários, devendo ser apropriados como receita ou despesa, no mínimo, por ocasião dos balancetes mensais e balanços.
- d) Nas operações de swap, pode ser registrado, em adequada conta de ativo ou passivo, o valor dos prêmios pagos ou recebidos de referência das operações, bem como o diferencial a receber ou a pagar, apropriando-se como receita ou despesa, no mínimo, por ocasião dos balancetes mensais e balanços.

- 16. As características qualitativas são os atributos que tornam as demonstrações contábeis úteis para os usuários. As quatro principais características qualitativas, segundo o Pronunciamento Conceitual Básico, são:
- a) compreensibilidade, comparabilidade, tempestividade e neutralidade.
- b) relevância, compreensibilidade, confiabilidade e comparabilidade.
- c) confiabilidade, comparabilidade, neutralidade e materialidade.
- d) comparabilidade, confiabilidade, prudência e integridade.
- 17. A Circular SUSEP n.º 379/08, em seu Anexo I, prevê normas e procedimentos relacionados com a contabilização das operações de custo de apólices e juros de parcelamento de prêmios e prêmios recebidos de faturas emitidas antecipadamente. De acordo com esse assunto, assinale a opção <u>INCORRETA</u>.
- a) Os prêmios recebidos de faturas emitidas antecipadamente serão registrados na conta de receitas diferidas.
- b) As recuperações de custos de emissão de apólices deverão ser contabilizadas como outras receitas operacionais.
- c) Os juros cobrados em virtude do parcelamento de prêmios de seguros deverão ser diferidos para apropriação no mesmo prazo daquele parcelamento.
- d) Os prêmios recebidos de faturas emitidas antecipadamente serão registrados na conta de Prêmios e Emolumentos Recebidos.
- 18. A NBC TA 700, na seção intitulada "Opinião", que é relativa a outras responsabilidades, trata do relatório do auditor independente. Com relação a esse assunto, assinale a opção <u>CORRETA</u>.
- a) Ao expressar uma opinião não modificada sobre as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a estrutura de apresentação adequada, a opinião do auditor deve utilizar uma das seguintes frases, que são consideradas equivalentes: (i) as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, ... de acordo com [a estrutura de relatório financeiro aplicável]; ou (ii) as demonstrações contábeis apresentam uma visão correta e adequada ... de acordo com [a estrutura de relatório financeiro aplicável].
- b) Ao expressar uma opinião não modificada sobre demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a estrutura de conformidade, a opinião do auditor deve ser que as demonstrações contábeis são elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com [a estrutura de relatório financeiro aplicável].

- c) Se a estrutura de relatório financeiro aplicável indicada na opinião do auditor não se refere às normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade ou às normas internacionais de contabilidade do setor público emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público, a opinião do auditor deve identificar a jurisdição de origem da estrutura, por exemplo, práticas contábeis adotadas no Brasil, cuja definição consta da NBC T 19.27 – Apresentação das Demonstrações Contábeis aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade.
- d) Se for requerido ao auditor tratar no seu relatório de auditoria de outras responsabilidades em relação às demonstrações contábeis que são complementares à sua responsabilidade, de acordo com as normas de auditoria, para emissão de seu relatório sobre as demonstrações contábeis, essas outras responsabilidades devem ser tratadas em uma seção separada no relatório do auditor independente com o subtítulo "Relatório do auditor independente sobre outros requisitos legais e regulatórios" ou de outra forma, conforme apropriado ao conteúdo da seção.
- 19. A mensuração é o processo que consiste em determinar os valores pelos quais os elementos das demonstrações contábeis devem ser reconhecidos e apresentados no balanço patrimonial e na demonstração do resultado. As quatro bases de mensuração acolhidas pelo Pronunciamento Conceitual Básico são:
- a) custo histórico, custo presente, valor de reposição e custo atualizado.
- b) valor realizável, valor de realização ou de liquidação, custo corrente e custo histórico.
- c) valor presente, valor de realização ou liquidação, valor de reposição e custo corrente.
- d) custo corrente, custo histórico, valor realizável e valor presente.
- 20. A Provisão Complementar de Prêmios (PCP) deve ser constituída para complementar a Provisão para Riscos não Expirados (PRNE), considerando todos os riscos vigentes, emitidos ou não, obedecidos aos seguintes critérios, <u>EXCETO</u>:
- a) o cálculo da provisão deve ser efetuado pro rata die.
- b) o cálculo da provisão deve contemplar estimativa para os riscos vigentes, mas não emitidos.
- c) a PCP deve ser estimada mensalmente, por carteira.
- d) o cálculo da PCP deve ser efetuado tomando como base o prazo médio de vigência do risco e as contribuições e prêmios brutos emitidos.

- 21. O objetivo da NBC T 19.10 é definir procedimentos, visando assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior aquele passível de ser recuperado pelo uso ou por venda. Ao verificar se há indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, uma entidade deve considerar indicações de fontes internas e externas de informação. De acordo com esse assunto, assinale a opção correspondente a uma fonte externa de informação.
- a) O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado.
- b) Fluxos de caixa líquidos reais, ou lucros, ou prejuízos operacionais gerados pelo ativo, significativamente piores do que aqueles orçados.
- c) Queda significativa nos fluxos de caixa líquidos orçados ou no lucro operacional ou um aumento significativo no prejuízo orçado gerado pelo ativo.
- d) Prejuízos operacionais ou saídas de caixa líquidas em relação ao ativo, quando os números do período atual são agregados com números orçados para o futuro.
- 22. A Seguradora MKB apresentou uma lista de situações sobre as quais tem dúvidas se deveriam ser tratadas como operações com partes relacionadas. Dentre as situações abaixo, de acordo com a NBC T 17, qual se caracteriza, necessariamente, como parte relacionada?
- a) Cliente com quem a entidade mantém volume significativo de negócios, simplesmente em razão da resultante dependência econômica.
- b) Duas entidades, simplesmente, pelo poder de direcionar as políticas financeiras e operacionais das entidades, por meio da influência significativa.
- c) Dois investidores, simplesmente, por partilharem o controle conjunto sobre uma *joint* venture.
- d) Duas entidades, simplesmente, por terem um administrador ou outro membro-chave da administração em comum.

- 23. A Seguradora Portugal adquiriu uma licença para exploração de serviços específicos ligados a sua área de atuação. A renovação da licença pode ser efetuada indefinidamente a baixo custo, a exemplo do que já ocorreu em períodos anteriores (a cada 5 anos). A Seguradora pretende renovar a licença indefinidamente e demonstra capacidade para fazê-lo. A Seguradora registrou o valor de aquisição no intangível, pois espera que a referida licença contribua, indefinidamente, para os fluxos de caixa líquidos em benefício da entidade. Com base no texto, assinale a opção CORRETA.
- a) A licença será tratada como tendo vida útil por prazo determinado.
- b) As contribuições para os fluxos de caixa da entidade serão consideradas como infinitas.
- c) O valor de aquisição/renovação da licença será amortizado no prazo faltante para renovação ou em 5 anos, de acordo com o novo período.
- d) Por ter vida útil indefinida, a licença não precisa ser submetida ao teste de recuperabilidade.
- 24. Durante a fase de pesquisa de projeto interno, a entidade não está apta a demonstrar a existência de ativo intangível, o qual gerará prováveis benefícios econômicos futuros. Portanto, tais gastos são reconhecidos como despesas quando incorridos. São exemplos de atividade de pesquisa, <u>EXCETO</u>:
- a) atividades destinadas à obtenção de novo conhecimento.
- b) formulação, projeto, avaliação e seleção de alternativas possíveis para sistemas de serviços novos.
- c) projeto, construção e teste do sistema de novos serviços ou processo aperfeiçoado.
- d) busca de alternativas para desenvolvimento de processos, sistemas e serviços.

25. A seguradora MKB incorreu nos seguintes gastos relacionados com novo software para controle de sinistros:

Data	Natureza do gasto	Valor R\$
30/1/09	Recrutamento e seleção de profissionais e especialistas.	50.000,00
28/2/09	Salários da equipe contratada, durante a fase de treinamento.	60.000,00
28/2/09	Treinamento.	40.000,00
31/3/09	Salários da equipe com simulações de estudo de alternativas para o projeto e definição da metodologia.	90.000,00
30/4/09	Salários da equipe com construção e estruturação e teste definitivo do software a ser implementado.	190.000,00
30/4/09	Honorários de certificação e validação do software.	10.000,00
31/5/09	Divulgação do software para os usuários e sua capacitação.	80.000,00

Com base nos dados acima, assinale a opção que representa os gastos incorridos que deverão ser registrados no intangível.

- a) R\$ 520.000,00.
- b) R\$ 370.000,00.
- c) R\$ 280.000,00.
- d) R\$ 200.000,00.

26. A Seguradora ABC recebeu aviso de sinistro de indenização integral (furto) de automóvel relativo à apólice n.º 0110. A apólice possuía as seguintes coberturas, além da compreensiva: 1) responsabilidade civil facultativa (RCF) e acidentes pessoais (APP), conforme tabela abaixo:

Cobertura	<u>Prêmio – R\$</u>	<u>PPNG</u> na data do aviso – R\$	<u>Importância</u> segurada – R\$		
Compreensiva	821,25	292,50	21.000,00		
RCT	219,00	78,00	30.000,00		
APP	<u>146,00</u>	<u>52,00</u>	<u>15.000,00</u>		
	<u>1.186,25</u>	<u>422,50</u>	66.000,00		

Os lançamentos efetuados pela Seguradora ABC foram os seguintes:

- I) D Sinistros Indenizações Avisadas
 - C Provisão de Sinistros a Liquidar
- II) D PPNG
 - C Variação das Provisões Técnicas

Considerando que não haverá restituição dos prêmios das coberturas não sinistradas, os valores contabilizados nos lançamentos I e II foram, respectivamente:

- a) R\$ 21.000,00 e R\$ 292,50.
- b) R\$ 21.000,00 e R\$ 422,50.
- c) R\$ 66.000,00 e R\$ 422,50.
- d) R\$ 21.000,00 e R\$ 370,50.
- 27. O auditor constatou parcela de prêmios a receber de cosseguro aceito a qual estava vencida há 10 dias. Neste caso, a Seguradora deverá:
- a) constituir provisão para riscos sobre prêmios a receber, referente à parcela.
- b) debitar a conta da Seguradora em contrapartida a Prêmios a Receber, correspondente à parcela.
- c) aguardar 60 dias para constituir provisão para riscos sobre prêmios a receber referente à parcela.
- d) cancelar a apólice.

- 28. A aquisição dos títulos e valores mobiliários deve ser registrada contabilmente de acordo com a categoria a que se refere, podendo, todavia, sofrer reclassificações posteriores. No que concerne às reclassificações, assinale a opção <u>INCORRETA</u>.
- a) A reclassificação dos títulos e valores mobiliários de uma categoria para outra somente poderá ser efetuada por ocasião da elaboração das demonstrações financeiras semestrais, ressalvada a hipótese de reclassificação determinada pela SUSEP.
- A reclassificação de títulos e valores mobiliários de uma categoria para outra deve levar em conta a intenção e a capacidade financeira da instituição e ser efetuada pelo valor de mercado do título ou valor mobiliário.
- c) A reclassificação da categoria "títulos mantidos até o vencimento" para as demais categorias somente poderá ocorrer por motivo isolado, não usual, não recorrente e não previsto, ocorrido após a data da classificação, de modo a não descaracterizar a intenção evidenciada pela instituição quando da classificação nesta categoria.
- d) Na hipótese de reclassificação da categoria "títulos para negociação" para as demais categorias, deverão ser estornados os valores anteriormente computados no resultado decorrentes de perdas ou ganhos não realizados.
- 29. As sociedades seguradoras deverão apresentar margem de solvência (MS) de acordo com o determinado na Resolução CNSP n.º 8/89, alterada pela CNSP n.º 55/01. Com base nesse assunto, assinale a opção <u>CORRETA</u>.
- a) As Sociedades Seguradoras deverão apresentar a Margem de Solvência mensalmente a SUSEP.
- b) Para efeito de cálculo da Margem de Solvência, serão computadas as operações de todos os ramos e as contribuições de previdência privada aberta.
- c) A Sociedade Seguradora estará sujeita a um programa de fiscalização especial, conduzido pela SUSEP, quando o Ativo Líquido apresentar-se abaixo da margem de solvência, independentemente da elaboração e encaminhamento do plano de recuperação.
- d) Quando o Ativo Líquido for insuficiente para cobrir o Limite de Margem, a Sociedade Seguradora poderá propor à SUSEP um Plano de Recuperação no prazo de 150 dias.

- 30. O relatório do auditor independente deve incluir uma seção com o título "Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis", evidenciando que:
- a) a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
- b) quando as demonstrações contábeis são elaboradas de acordo com uma estrutura de apresentação adequada, a explicação da responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis no relatório do auditor independente deve referir-se à "elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis" ou à "elaboração de demonstrações contábeis que apresentam uma visão verdadeira e justa", conforme apropriado nas circunstâncias.
- c) os procedimentos para obtenção de evidência de auditoria a respeito dos valores e divulgações nas demonstrações contábeis são de responsabilidade da administração da entidade auditada.
- d) é de responsabilidade da administração determinar os procedimentos utilizados pela auditoria, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causadas por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis da entidade para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias.
- 31. Quando da contratação dos serviços de auditoria independente, a Sociedade Supervisionada está sujeita ao cumprimento de diversos procedimentos previstos na Resolução CNSP n.º 118/04. Com relação a esse assunto, assinale a opção INCORRETA.
- a) O contrato entre a sociedade supervisionada e o auditor independente deverá conter cláusula específica prevendo a cessação imediata no caso de ocorrência de quaisquer hipóteses de impedimento ou incompatibilidade, de acordo com as normas do CFC.
- b) A contratação dos serviços de auditoria independente está condicionada à cláusula contratual, prevendo a entrega, pelo auditor independente, de documento contendo sua política de independência.
- c) As sociedades supervisionadas devem substituir os auditores independentes após emitidos pareceres relativos a, no máximo, três exercícios sociais completos.
- d) Em caso de existência de Comitê de Auditoria, este tem atribuições para recomendar à administração da sociedade supervisionada a entidade a ser contratada para a prestação dos serviços de auditoria independente.

- 32. As notas explicativas integram as demonstrações contábeis da Sociedade Supervisionada, portanto, sob exame dos auditores independentes. Em relação às contingências passivas relevantes, deverão ser divulgadas, no mínimo, as seguintes informações, <u>EXCETO</u>:
- a) a natureza da contingência.
- b) as chances de ocorrência das perdas.
- c) a descrição resumida do evento contingente.
- d) a descrição detalhada da movimentação e trâmite do processo na esfera administrativa e judicial.
- 33. O objetivo das demonstrações contábeis é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o desempenho e as mudanças na posição financeira da entidade. Os pressupostos básicos para atingir este objetivo, segundo o Pronunciamento Conceitual Básico, são:
- a) regime de competência e primazia de essência sobre a forma.
- b) regime de competência e continuidade.
- c) regime de competência e representação adequada.
- d) representação adequada e primazia da essência sobre a forma.
- 34. O relatório circunstanciado sobre adequação dos controles internos nas sociedades seguradoras está previsto na Circular SUSEP n.º 280/04. Assinale a opção NÃO relacionada com o relatório circunstanciado sobre a adequação dos controles internos.
- a) Avaliação da eficácia e a eficiência dos controles internos.
- b) Destaque as deficiências encontradas sobre os principais processos existentes na sociedade.
- c) Descumprimento de normas legais e regulamentares.
- d) Abordagem sobre o ambiente de controle e a avaliação de riscos.

35. Para o mercado de seguros e resseguros, o fato gerador da receita é:

- a) vigência do risco.
- b) aceitação da proposta.
- c) emissão da apólice.
- d) recebimento do prêmio.
- 36. Passivo é uma obrigação presente da entidade derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos. De acordo com esse assunto, assinale a opção <u>INCORRETA</u>.
- a) Uma obrigação pode ser extinta pela renúncia do credor ou pela perda dos direitos creditícios.
- b) Uma decisão da administração de uma entidade de adquirir ativos no futuro constituiu, por si só, uma obrigação presente.
- c) Passivos resultam de transações ou outros eventos passados.
- d) Alguns passivos somente podem ser mensurados com o emprego de um elevado grau de estimativa.
- 37. Com relação ao capital mínimo requerido, conforme disposições da Resolução CNSP n.º 155/06, assinale a opção <u>INCORRETA</u>.
- a) O capital mínimo é equivalente a um montante fixo de capital mais um montante de capital adicional.
- b) Capital mínimo requerido é o montante de capital que uma seguradora deverá manter, a qualquer tempo, para poder operar.
- c) As sociedades seguradoras que solicitarem autorização para funcionar deverão apresentar capital mínimo requerido equivalente a 50% do patrimônio liquído.
- d) As sociedades seguradoras deverão apresentar, quando dos encerramentos de seus balancetes mensais, patrimônio líquido ajustado maior ou igual ao capital mínimo requerido.

- 38. Com relação ao registro dos valores mantidos em ações de companhias abertas, para fins de fechamento mensal da posição contábil da Seguradora, como esses valores devem ser avaliados?
- a) Pela cotação de fechamento do último dia útil em que foram negociadas no mês.
- b) Pelo custo histórico do referido papel.
- c) Pelo valor médio da cotação ao longo do último dia do mês.
- d) Pela média de fechamento dos últimos três dias do mês em questão.
- 39. A Companhia ABC pretende iniciar sua atuação efetiva no ramo de automóveis a partir do próximo semestre. As regiões em que prospectam operar definidas pela Resolução CNSP n.º 178/2007 são as de números 2, 3 e 6. Para tanto, o diretor financeiro da Seguradora sabe que esta deverá contar com capital base de:
- a) R\$ 4.100.000,00.
- b) R\$ 4.180.000,00.
- c) R\$ 4.300.000,00.
- d) R\$ 3.500.000,00.
- 40. As limitações inerentes a uma auditoria originam-se dos seguintes fatos:
- a) o auditor ser obrigado a reduzir o risco de auditoria a "zero", mediante a obtenção de evidências adequadas de auditoria.
- b) o auditor ter que obter segurança absoluta de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante devido a fraude ou erro.
- c) a contratação dos trabalhos ocorrer após o encerramento do balanço; impossibilidade de eliminação do risco da auditoria; e inadequada apresentação das demonstrações contábeis.
- d) natureza das informações contábeis; natureza dos procedimentos de auditoria; e necessidade de que a auditoria seja conduzida dentro de um período de tempo razoável e a um custo razoável.

- 41. Selecione, dentre as seguintes provisões técnicas, aquela que <u>NÃO</u> demanda a execução de cálculos atuariais para a sua constituição.
- a) Provisão de benefícios concedidos.
- b) Provisão complementar de prêmios.
- c) Provisão de eventos ocorridos mas não avisados.
- d) Provisão de prêmios não ganhos.
- 42. A Circular SUSEP n.º 380/2008 dispõe sobre os controles internos específicos para a prevenção e o combate dos crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, ou que com eles possam relacionar-se. Com relação a essa legislação, é CORRETO afirmar que:
- a) as operações devem ser caracterizadas entre duas classes distintas, quais sejam Grupo 1 e Grupo 2. Para o primeiro grupo, as operações devem ser comunicadas à SUSEP dentro do prazo de 24 horas, independente de análise; o mesmo ocorrendo no caso de ocorrências que, após análise, tenham sido atribuídas ao Grupo 2.
- a elaboração e a execução de um programa de auditoria que verifique o cumprimento dos procedimentos da Circular devem ser conduzidas, obrigatoriamente, por seus auditores independentes.
- c) as operações devem ser caracterizadas entre duas classes distintas, quais sejam Grupo 1 e Grupo 2. Para o primeiro grupo, as operações devem ser comunicadas à SUSEP dentro do prazo de 24 horas, independente de análise; quanto ao Grupo 2, as operações devem apenas ser objeto de monitoramento interno por parte da Seguradora.
- d) entre as operações designadas como pertencentes ao Grupo 2 desta Circular, existe o aporte mensal ou o pagamento único de PGBL, VGBL ou título de capitalização em valor igual ou superior a R\$ 1.000.000,00.

- 43. A prevenção e o combate aos crimes de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores exigem a implementação de controles internos específicos pelas sociedades supervisionadas. Os procedimentos mínimos de controles internos devem contemplar, as informações abaixo descritas, <u>EXCETO</u>:
- a) elaboração e execução de um programa de trabalho a ser seguido pelos auditores independentes durante o processo de auditoria, visando implementar as rotinas estabelecidas no manual de procedimentos específicos.
- elaboração de critérios e implementação de procedimentos de identificação de clientes, beneficiários, terceiros e outras partes relacionadas, e de manutenção de registros referentes a produtos e procedimentos expostos ao risco de servirem à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo.
- c) manualização e implementação dos procedimentos de identificação, monitoramento e comunicação de operações que possam se constituir em indícios de lavagem de dinheiro ou de financiamento ao terrorismo, ou com eles se relacionar.
- d) elaboração e execução de programa de treinamento específico de qualificação dos funcionários para o cumprimento do disposto na Lei n.º 9.613, de 3 de março de 1998, na Circular n.º 380/08 e nos demais regulamentos referentes à lavagem de dinheiro e à prevenção e combate ao financiamento ao terrorismo.

44. Considerando a Resolução CNSP n.º 118/2004, quais das seguintes atribuições NÃO competem ao comitê de auditoria?

- a) revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis referentes aos períodos findos em 30 de junho e 31 de dezembro, inclusive as notas explicativas, os relatórios da administração e o parecer do auditor independente.
- b) reunir-se com o Conselho Fiscal e com o Conselho de Administração da sociedade supervisionada, ou da instituição líder do conglomerado, tanto por solicitação dos mesmos, como por iniciativa do Comitê, para discutir acerca de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências.
- c) recomendar à Presidência ou ao Diretor Presidente da sociedade supervisionada ou à Diretoria da instituição líder do conglomerado correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições.
- d) designar diretor, tecnicamente qualificado, para responder, perante a SUSEP, pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e dos procedimentos de contabilidade previstos na regulamentação em vigor.

- 45. Conforme a Circular SUSEP n.º 365/08, que estabelece normas para elaboração, operação e comercialização de títulos de capitalização, qual a taxa de juros efetiva mensal utilizada para remuneração do título e/ou a equivalente anual?
- a) 20 % para as Modalidades "Popular" e "Incentivo" e 90% para as demais Modalidades.
- b) 90 % para as Modalidades "Popular" e "Incentivo" e 20% para as demais Modalidades.
- c) 20 % para as todas as Modalidades.
- d) 90 % para as todas as Modalidades.
- 46. A Provisão Matemática para Resgate, referente aos planos de capitalização, deve ser constituída para:
- a) cobrir despesas relacionadas aos sorteios realizados e à remuneração dos títulos, bem como despesas para distribuição de bônus.
- b) cada título que estiver em vigor ou suspenso durante o prazo previsto em nota técnica atuarial, devendo ser constituída no mês do efetivo pagamento pelo subscritor.
- c) cobrir eventuais insuficiências relacionadas aos sorteios realizados e à remuneração dos títulos, bem como para distribuição de bônus.
- d) cada título cujos sorteios já tenham sido custeados, mas que, na data da constituição, ainda não tenham sido realizados.
- 47. Em 31 de dezembro de 2009, a Seguradora Beta possuía, na conta de Prêmios a Receber, as seguintes parcelas relativas à apólice n.º 0100.

N.º Parcela	Vencimento	Valor R\$	Status da Parcela
3	15/10/09	1.456,00	Risco Decorrido
4	15/11/09	1.456,00	Risco Decorrido
5	15/12/09	1.456,00	Risco a Decorrer
6	15/1/10	1.456,00	Risco a Decorrer

A Seguradora Beta não cancelou a apólice e não apresentou estudo de histórico de perdas. Nestas circunstâncias, a Seguradora Beta deverá constituir Provisão sobre Prêmios a Receber no valor de:

- a) R\$ 2.912,00.
- b) R\$ 4.368,00.
- c) R\$ 1.456,00.
- d) R\$ 5.824,00.

- 48. Em 18 de novembro de 2009, a Seguradora Beta recebeu pedido de cancelamento da apólice de seguro de sua segurada, a empresa Alfa. O período coberto pela apólice foi de 180 dias. Conforme tabela de curto prazo, a Seguradora Beta deverá restituir 30% do prêmio comercial, que perfazia o montante de R\$ 1.095,00.
 - O saldo do PPNG dessa apólice, na data do cancelamento era de R\$ 555,50. Desconsiderando eventuais efeitos decorrentes da comissão, assinale a opção <u>CORRETA</u>.
- a) A Seguradora Beta obteve resultado positivo de R\$ 227,00, nessa operação.
- b) A Seguradora Beta obteve resultado positivo de R\$ 555,50, nessa operação.
- c) A Seguradora Beta obteve resultado negativo de R\$ 328,50, nessa operação.
- d) A Seguradora Beta obteve resultado negativo de R\$ 227,00, nessa operação.
- 49. A Seguradora Beta possui carteira de seguro de vida em grupo. Os segurados são empregados da empresa Alfa cujo contrato como estipulante da apólice prevê as seguintes condições:
- I) A empresa Alfa deve informar, até o dia 5 do mês seguinte, o grupo segurado do mês anterior.
- II) O repasse do prêmio da empresa Alfa para a seguradora Beta deve ocorrer até o último dia útil do mês seguinte à cobertura da apólice.
- III) O primeiro mês de referência é maio.

Com base neste fato, assinale a opção CORRETA.

- a) A Seguradora Beta deve contabilizar o prêmio referente ao mês de maio somente em junho, quando ela for comunicada do total de segurados e consequente estipulação do prêmio a receber.
- b) O prêmio dessa apólice só deve ser contabilizado no seu recebimento pela Seguradora Beta.
- c) A Seguradora Beta deve realizar o lançamento do prêmio em maio com valores estimados. Em junho, será realizado o ajuste se necessário.
- d) A Seguradora Beta deve realizar o lançamento do prêmio em maio com os valores definitivos.

50. Assinale a opção CORRETA.

- a) O auditor está sujeito a exigências éticas relevantes, inclusive as relativas à independência, no que diz respeito a trabalhos de auditoria de demonstrações contábeis. As exigências éticas relevantes abrangem o Código de Ética Profissional do Contabilista, instituído pela CVM e homologado pelo CFC, relacionados à auditoria de demonstrações contábeis, bem como as NBC PAs aplicáveis.
- b) Os princípios fundamentais de ética profissional relevantes para o auditor, quando da condução de auditoria de demonstrações contábeis, estão implícitos no Código de Ética Profissional do Contabilista e na NBC PA 01, que trata do controle de qualidade. Esses princípios estão em linha com os princípios do Código de Ética da IFAC, cujo cumprimento é exigido dos auditores. Esses princípios são: Integridade; Objetividade; Competência e zelo profissional; Confidencialidade; e Comportamento (ou conduta) profissional.
- c) No caso de trabalho de auditoria ser de interesse público, os princípios fundamentais de ética profissional, são exigidos pelo Código de Ética Profissional do Contabilista, instituído Conselho Monetário Nacional e homologado pelas normas profissionais do CFC, o qual exige que o auditor seja independente da entidade sujeita à auditoria.
- d) Em casos de dúvida a respeito da confiabilidade das informações ou indicações de possível fraude (por exemplo, se condições identificadas durante a auditoria fizerem o auditor crer que um documento pode não ser autêntico ou que termos de documento podem ter sido falsificados), as normas de auditoria exigem que o auditor comunique o fato aos responsáveis técnicos pelos trabalhos de auditoria à administração da entidade e aos órgãos fiscalizadores no prazo de 24 horas.

QUESTÕES DISSERTATIVAS

- 51. Comente a respeito do objetivo da auditoria de demonstrações contábeis e quais demonstrações estão sujeitas à auditoria, de acordo com a NBC TA 200 Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria.
- 52. Comente sobre o que está contido na expressão "práticas contábeis adotadas no Brasil", de acordo com a definição expressa na NBC T 19.27 Apresentação das Demonstrações Contábeis.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE EXAME DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA REGISTRO NO CADASTRO NACIONAL DE AUDITORES INDEPENDENTES (CNAI) DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC)

Esta página não deverá ser destacada **RASCUNHO**

RASCUNHO DO GABARITO ESTA PÁGINA NÃO PODERÁ SER DESTACADA

	Α	В	С	D			Α	В	С	D
01						26				
02						27				
03						28				
04						29				
05						30				
06						31				
07						32				
80						33				
09						34				
10						35				
11						36				
12						37				
13						38				
14						39				
15						40				
16						41				
17						42				
18						43				
19						44				
20						45				
21						46				
22						47				
23						48				
24						49				
25						50				